

E-BOOK

GUIA DA RENDA FIXA



NANO INVEST

SUMÁRIO

O que é e como funciona a renda fixa?	04
Aplicações de renda fixa?	05
Diferenças entre renda fixa e renda variável?	11
Alternativas de investimentos de renda fixa?	12
Como a economia impacta os seus investimentos de renda fixa?	21
Para quais investidores a renda fixa é indicada?	24
Como investir na renda fixa?	25
Por que escolher a Nano Investimentos para investir em renda fixa?	26
Conclusão	27



INTRODUÇÃO

Os investimentos em renda fixa costumam despertar o interesse de investidores que desejam mais segurança para as suas carteiras. Isso, porque eles oferecem previsibilidade de rendimentos e tendem a apresentar riscos menores. Se você busca por investimentos com essas particularidades, vale a pena entender como funciona e quais são as principais características da renda fixa. Assim, é possível identificar as melhores oportunidades para rentabilizar o seu dinheiro.

Pensando nisso, nós, da **Nano Investimentos**, elaboramos O Guia da Renda Fixa. Com este e-book, você aprenderá os principais temas que envolvem essa classe de investimentos e terá mais confiança para investir o seu capital.

Boa leitura



André Soares

André Soares - CEO Nano Invest

O QUE É RENDA FIXA?

A renda fixa é uma classe de investimentos em que é possível saber a forma de remuneração no momento do aporte. Assim, você conhece qual é a lógica de rentabilidade antes mesmo de investir. Em alguns casos, é possível calcular exatamente quais serão os seus ganhos no vencimento do título, por exemplo.

Em relação ao funcionamento das alternativas de renda fixa, saiba que a maior parte delas representa títulos de dívidas. Dessa maneira, você empresta dinheiro para o emissor — que pode ser uma instituição financeira, o governo, uma empresa ou securitizadora, por exemplo.

Em troca, esse emissor emite um título reconhecendo que devolverá o dinheiro investido por você, acrescido de uma taxa de juros previamente combinada, em uma determinada data.

Vale saber que os recursos financeiros captados são usados para financiar atividades, projetos e operações dos emissores. Nesse caso, eles podem fomentar áreas específicas da economia — como o mercado imobiliário ou o agronegócio — e a infraestrutura do país, por exemplo.

APLICAÇÕES DE RENDA FIXA

As aplicações de renda fixa apresentam particularidades que todo investidor deve conhecer. Assim, é possível ter uma base de conhecimentos sólida para fazer as melhores escolhas no momento de investir. A seguir, confira as principais características dos títulos de renda fixa.

RENTABILIDADE

A rentabilidade representa os ganhos obtidos pelo investidor ao aplicar dinheiro em um investimento. Na renda fixa, ela se refere aos juros pagos pelas instituições em troca do empréstimo. Nesse caso, existem três formas de obter rendimentos: prefixada, pós-fixada e híbrida. Conheça cada uma delas a seguir.

PREFIXADA

A rentabilidade prefixada apresenta uma porcentagem fixa de juros, como exemplo "10% ao ano". Isso quer dizer que, se você deixar o montante aplicado até o vencimento do título, receberá esse lucro. Além disso, é possível calcular os ganhos no momento do aporte

PÓS-FIXADA

A rentabilidade pós-fixada acompanha um índice de referência do mercado — como a taxa Selic, nos títulos públicos, e o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), nos títulos privados. Dessa maneira, ela pode variar conforme o tempo de aplicação. Portanto, o investidor sabe a lógica da remuneração no momento do aporte, mas só conhecerá os seus ganhos no resgate.

HÍBRIDA

A rentabilidade híbrida é a união das duas formas de remuneração que você conheceu — prefixada e pós-fixada. Assim, ela tem uma taxa fixa e acompanha um índice de referência do mercado — geralmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Como o IPCA é o principal indicador de inflação do Brasil, o título híbrido sempre garante rendimentos acima da inflação, se levado até o vencimento.

LIQUIDEZ

A liquidez refere-se à facilidade e à velocidade com que o investidor consegue ter o dinheiro disponível para uso. Em investimentos com baixa liquidez, há uma maior dificuldade para converter a aplicação em recursos financeiros. Por exemplo, a liquidez de um imóvel costuma ser baixa, pois pode levar anos para que você consiga vendê-lo e ter a quantia em espécie nas mãos. Em contrapartida, investimentos com alta liquidez permitem resgatar o montante rapidamente. É o caso das aplicações de liquidez diária. Nessas alternativas, é possível pedir o resgate a qualquer momento e obter o dinheiro em até 1 dia útil.

PRAZO DE VENCIMENTO

O prazo de vencimento é o tempo que o dinheiro precisa ficar investido para que os juros combinados com o emissor do título sejam pagos. Este conceito e a liquidez estão diretamente relacionados. Afinal, se a liquidez da aplicação for apenas no vencimento, significa que você só conseguirá resgatar o dinheiro com o rendimento do período nessa data. Já se o título tiver liquidez diária, você poderá obter o capital com a rentabilidade a qualquer momento. Ainda nesse contexto, vale destacar que há casos em que é possível vender o título no mercado secundário. Contudo, é preciso ter em mente que, ao escolher essa opção, a aplicação pode sofrer os efeitos da marcação a mercado. Nesse cenário, você receberá a quantia correspondente ao preço que o título está sendo vendido no mercado. Isso pode significar um rendimento aquém do esperado ou, até mesmo, uma quantia menor do que a investida. Um ponto importante a destacar sobre este tema é que títulos com vencimentos no longo prazo tendem a oferecer ganhos mais elevados. Afinal, é vantajoso para a instituição ou empresa utilizar o seu dinheiro emprestado por mais tempo.

Por isso, se você busca uma rentabilidade mais alta e não precisa do montante para urgências ou metas de curto prazo, pode ser interessante avaliar as aplicações com vencimentos mais distantes.

APOORTE MÍNIMO

O aporte mínimo é a menor quantia que o investidor pode aplicar em um título, definida pela instituição emissora. Logo, pode-se encontrar aplicações com aportes mínimos que variam entre R\$ 0,99 e R\$ 10 mil, por exemplo. De modo geral, os investimentos com aportes mínimos mais altos costumam oferecer maior rentabilidade, se comparados aos títulos que permitem o investimento de uma quantia mais acessível. Essa dinâmica funciona com um incentivo do emissor para obter mais capital. Assim, se você deseja conquistar rendimentos mais elevados na renda fixa, é preciso prestar atenção a essa condição antes de investir.

SEGURANÇA

De modo geral, a previsibilidade de rendimentos da renda fixa transmite maior segurança ao investidor. Afinal, você sabe como receberá o lucro se mantiver o dinheiro aplicado até o vencimento. Contudo, como qualquer investimento, os títulos de renda fixa apresentam riscos, sendo o principal o risco de crédito — quando o emissor não paga o empréstimo realizado. Contudo, em algumas alternativas, esse risco é minimizado. Veja como a seguir.

TÍTULOS PÚBLICOS

Como você verá nas próximas páginas, os títulos do Tesouro Direto são considerados os investimentos mais seguros do mercado, pois contam com a garantia do Tesouro Nacional. Afinal, se o governo falha nesse pagamento, significa que o sistema bancário do país está quebrado.

TÍTULOS PRIVADOS

Alguns títulos privados — emitidos pelas instituições financeiras — apresentam a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Criado em 1995, o FGC é uma entidade privada sem fins lucrativos integrante da rede de proteção do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O objetivo desse fundo é proteger os depositantes e investidores, além de contribuir para a estabilidade do SFN e prevenir uma crise bancária sistêmica. Assim, se você possui até R\$ 250 mil aplicados em até quatro instituições financeiras, respeitando o limite global de R\$ 1 milhão, o FGC devolve o seu dinheiro com a rentabilidade, em caso de falência do emissor. Vale a pena reforçar, no entanto, que alguns títulos privados emitidos por instituições financeiras não apresentam cobertura do FGC. Por esse motivo, é importante observar essa informação na hora de realizar uma aplicação. Afinal, sem a cobertura, o investimento pode oferecer maior risco de crédito para o investidor.

TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO

Os títulos de crédito privado são emitidos por empresas ou securitizadoras, e não contam com a proteção do FGC. Ou seja, eles não apresentam um mecanismo para minimizar os riscos que podem estar atrelados à capacidade financeira dessas instituições ou aos tomadores de crédito, como você verá adiante. Contudo, alguns títulos podem oferecer outros tipos de garantia — o que eleva a segurança para o investidor.

TRIBUTAÇÃO

A maior parte dos investimentos de renda fixa é tributada. O Imposto de Renda (IR), quando recolhido, incide apenas sobre o rendimento proveniente das aplicações. Além disso, é cobrado de forma regressiva, ou seja, quanto mais tempo o investimento for mantido, menor será a alíquota.

A seguir, confira a tabela de IR da renda fixa:

- **até 180 dias – 22,5%;**
- **de 181 a 360 dias – 20%;**
- **de 361 a 720 dias – 17,5%;**
- **acima de 720 dias – 15%.**

Já o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) só é cobrado sobre investimentos com resgates inferiores a 30 dias da data de aplicação. Nesse caso, ele também incide de forma regressiva. Entretanto, é preciso saber que alguns investimentos de renda fixa são isentos de Imposto de Renda. Esta, inclusive, pode ser uma vantagem para o investidor – a depender da rentabilidade oferecida nos títulos isentos. Afinal, a ausência de IR pode elevar a rentabilidade real do investimento.



DIFERENÇAS ENTRE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Quando se fala em renda fixa, logo vêm à mente a previsibilidade dos rendimentos e, conseqüentemente, a segurança relacionada a essa perspectiva de ganhos. Mas além desta, existe a renda variável. Como o próprio nome sugere, essa outra classe de investimentos envolve as alternativas com desempenho variável. Além disso, a renda variável não funciona como um empréstimo à outra parte, como acontece na renda fixa. Nela, o investidor assume o risco com o investimento. Por exemplo, quando você compra ações de uma empresa na Bolsa de Valores, você se torna sócio do negócio. Com isso, também se expõe aos riscos da companhia

Isso significa que não há como calcular os ganhos, nem saber a forma de remuneração no momento do aporte. Aliás, também não existem garantias de resultados positivos, já que os preços dos ativos estão expostos à lei de oferta e demanda, e podem oscilar com intensidade ao longo do tempo. Assim, os riscos são maiores, já que não há proteção para o montante investido. Como no mercado financeiro os riscos são diretamente proporcionais à possibilidade de ganhos, quanto mais arriscado for um investimento, maiores serão as chances de oferecer rendimento acima da média da renda fixa

ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA

TÍTULOS DO TESOURO DIRETO

Os títulos públicos são investimentos de renda fixa muito conhecidos pelos investidores. Eles são negociados na plataforma do Tesouro Direto — um programa do governo federal em parceria com a Bolsa de Valores brasileira (B3). Seu objetivo é ampliar o acesso dos investidores comuns às aplicações emitidas pelo governo. Antes da criação do Tesouro Direto, pessoas físicas só podiam investir em títulos públicos indiretamente, por meio de fundos de renda fixa. Essas alternativas tinham taxas de administração que costumavam ser altas, especialmente em aplicações mais baixas — e eram pouco acessíveis. Já com o programa do Tesouro Direto, é possível investir a partir de R\$ 30, o que torna o investimento acessível para a maioria dos investidores. Em relação aos títulos do Tesouro Direto, existem três tipos que se diferem conforme a rentabilidade. Saiba quais são eles.

TESOURO SELIC

O Tesouro Selic é um título pós-fixado cuja rentabilidade acompanha a taxa Selic — ou taxa básica de juros da economia brasileira. A Selic tem variação periódica, definida pelo Banco Central por meio de seu Comitê de Política Monetária (Copom).

TESOURO PREFIXADO

O Tesouro Prefixado apresenta uma rentabilidade fixa. Assim, ele oferece uma taxa de juros com percentual que não sofre variação, conhecida no dia da aplicação. Nesse caso, existem dois tipos de títulos, conforme o fluxo de pagamento dos rendimentos:

- Tesouro Prefixado (LTN) – o investidor precisa aguardar até a data do vencimento para ter os ganhos combinados;
- Tesouro Prefixado com juros semestrais (NTN-F) – o investidor recebe os rendimentos a cada seis meses, enquanto o montante principal fica aplicado. Assim, não é necessário esperar até o vencimento para obter os lucros do investimento.

TESOURO IPCA+

O Tesouro IPCA+ tem sua rentabilidade calculada de forma mais complexa, pois é composta por uma taxa fixa somada à variação do IPCA. Por esse motivo, ele é um título cuja remuneração é híbrida. Nesse caso, as taxas de rendimento costumam aparecer como no seguinte exemplo: IPCA + 5,31%. Isso significa que a aplicação renderá o valor fixo de 5,31% ao ano mais a variação do IPCA no período. Como esse título é corrigido pelo IPCA, você garante ao seu capital rendimento acima da inflação. Logo, é possível proteger o poder de compra do seu dinheiro. Assim como o Tesouro Selic, é possível escolher entre o Tesouro IPCA+, com pagamento dos juros no vencimento do título (antigo NTN-B principal), e o Tesouro

IPCA, que paga cupons semestrais (NTN-B). No segundo tipo, há o pagamento da taxa fixa estipulada semestralmente. Já o IPCA acumulado é pago apenas no vencimento. Vale destacar que, ao comprar um título público, você empresta dinheiro para o governo, que utiliza esses recursos para custear suas atividades e projetos em infraestrutura, saúde, educação etc. Outro ponto importante está relacionado à liquidez dos títulos públicos. O governo garante a recompra das aplicações a qualquer momento, porém as rentabilidades do Tesouro Prefixado e do Tesouro IPCA+ podem ser prejudicadas. Como eles sofrem mais intensamente os efeitos da marcação a mercado, você pode ter perdas financeiras caso faça o resgate antes do vencimento. Já o Tesouro Selic sofre menos com essa oscilação. Além disso, é preciso ter em mente que os títulos públicos têm incidência de Imposto de Renda sobre a rentabilidade.

CDB

O certificado de depósito bancário (CDB) é um título emitido por instituições financeiras que visam a captar recursos para suas próprias atividades. Por exemplo, oferecer alternativas de crédito para seus clientes, financiar projetos de crescimento e, até mesmo, pagar dívidas. Em relação à rentabilidade, os CDBs podem ser prefixados, pós-fixados ou híbridos. Os títulos pós-fixados costumam ser vinculados ao CDI, e os CDBs híbridos, ao IPCA. Nesse sentido, as taxas de rendimento variam entre as instituições emissoras. Como em outros títulos, o investimento mínimo dependerá diretamente do banco emissor, assim como o vencimento e o tempo de carência. Inclusive, é possível encontrar CDBs com liquidez diária no mercado. Por fim, é importante saber que os CDBs são cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos.

Assim, se o banco falir, por exemplo, você poderá obter o seu dinheiro de volta, desde que o montante esteja coberto pelas regras já conhecidas.

LCI E LCA

As letras de crédito imobiliário (LCIs) e do agronegócio (LCAs) são títulos de crédito emitidos por instituições financeiras com o intuito de financiar os setores de imóveis e da agropecuária, respectivamente. No caso das LCIs, o banco capta os recursos para conceder crédito aos seus clientes que desejem comprar, reformar ou construir imóveis — que podem ser residenciais, comerciais ou industriais. Já nas LCAs, a instituição pode financiar maquinário agrícola, infraestrutura no campo e pesquisas na área, por exemplo. Como essas atividades contribuem para o crescimento e o fortalecimento da economia brasileira, o governo oferece um incentivo aos investidores pessoas físicas, isentando esses títulos da cobrança de IR. No que se refere à rentabilidade, é semelhante à forma de remuneração dos CDBs, podendo ser prefixada, pós-fixada ou híbrida. Entretanto, como as LCIs e LCAs podem exigir aportes mínimos mais elevados, um tempo de carência maior e maiores rendimentos. Por fim, também vale saber que esses títulos são protegidos pelo FGC.

CRI E CRA

Os certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e do agronegócio (CRAs) são títulos emitidos por securitizadoras. Essas instituições compram os recebíveis de empresas ligadas ao setor imobiliário ou do agronegócio. Depois, elas emitem títulos lastreados

nessas dívidas e os negociam com os investidores. Assim, quando os débitos forem quitados, a securitizadora recebe esses valores e repassa ao investidor a quantia correspondente ao investimento, acrescida dos juros. Por exemplo, considere que uma construtora precisa de R\$ 50 milhões para a construção de um prédio. Porém, os compradores não têm como pagar o valor à vista por cada apartamento. Então, todos financiam a aquisição e assumem o compromisso de pagar as parcelas em dez anos. Como a construtora não pode esperar esse tempo para conseguir o dinheiro e construir, ela pode antecipar esses recebíveis. Uma das maneiras para isso é recorrer a uma securitizadora, pois essa instituição tende a cobrar um deságio mais baixo do que os juros praticados pelos bancos. Vale destacar que, no caso dos CRIs e CRAs, o risco de crédito não está vinculado à securitizadora, mas, sim, aos tomadores de crédito. Ou seja, às pessoas que financiaram as operações relacionadas ao setor imobiliário ou ao agronegócio. Nessas condições, os imóveis, o maquinário ou os produtos agrícolas objeto da operação podem ser as garantias do empréstimo. Como possuem mais riscos, os títulos de crédito privado, em geral, tendem a oferecer rentabilidade maior do que os outros títulos de renda fixa. No que se refere à tributação, do mesmo modo que as LCIs e as LCAs, os CRIs e os CRAs contribuem para o desenvolvimento do país. Por essa razão, o governo também oferece o incentivo da isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas. Contudo, não há cobertura do FGC. Já em relação à liquidez, é comum que esses títulos apresentem prazo de vencimento e carência a longo prazo. Ademais, os aportes mínimos costumam ser maiores do que os dos CDBs, por exemplo.

CR

O certificado de recebíveis (CR) é um título de crédito privado também emitido pelas securitizadoras. Desse modo, é bastante parecido com o CRI e o CRA, tanto no funcionamento quanto nas condições de rentabilidade, liquidez, prazo e riscos. Contudo, as aplicações apresentam distinções importantes. A principal diferença é que os CRIs e CRAs são lastreados no setor imobiliário e do agronegócio, respectivamente. Já os CRs podem ser vinculados a qualquer área da economia. Nesse cenário, a tributação desses títulos também ocorre de maneira distinta. Como você viu, os CRIs e CRAs não sofrem incidência de Imposto de Renda. Em contrapartida, os CRs não têm isenção de IR e são tributados seguindo a tabela regressiva.

DEBÊNTURES

As debêntures são títulos de dívida emitidos por empresas. Dessa forma, são como um empréstimo para essas organizações que utilizam o dinheiro conforme sua necessidade. Por exemplo, suponha que uma companhia queira construir um parque fabril, e não tenha recursos suficientes para a obra. Então, a direção da empresa decide que não deseja buscar recursos nos bancos, devido à alta taxa de juros praticada. Nesse caso, há a possibilidade de emitir debêntures para captar o dinheiro. Assim, a empresa não está em busca de sócios — como ao investir em ações. Ela procura por credores que emprestem o capital necessário para que ela siga com sua construção. Para remunerar o investidor, a organização paga o valor investido acrescido dos juros estipulados no ato da emissão do título. Nesse sentido, as empresas podem oferecer rentabilidade prefixada, pós-fixada ou híbrida.

Em relação à cobrança de Imposto de Renda, as debêntures convencionais sofrem a incidência do tributo. Contudo, existe uma categoria chamada debênture incentivada, que conta com isenção de IR para investidores pessoas físicas. Isso, porque elas estão relacionadas a projetos de infraestrutura. As debêntures não contam com a garantia do FGC. Contudo, há alguns títulos que oferecem garantias específicas, a depender do tipo e do emissor. Então, vale se atentar a eventuais garantias oferecidas no momento de escolher uma debênture para a sua carteira.

FUNDOS DE RENDA FIXA

Os fundos de renda fixa são veículos coletivos que captam recursos financeiros dos investidores com interesse em investir nessa classe de investimentos. Nesse caso, os aportes são realizados por um gestor profissional, conforme a política de investimentos do veículo de investimento. Esse tipo de fundo pode incluir títulos diversos na carteira, inclusive aqueles que apresentem maior risco de crédito. Contudo, também pode utilizar outros ativos e derivativos financeiros, tanto para proteção da carteira quanto para alavancagem, em um pequeno percentual

A seguir, conheça três tipos de fundos de renda fixa.

FUNDOS DI

Os fundos referenciados acompanham o desempenho de um índice de referência do mercado. No caso do fundo referenciado DI, ele tem a finalidade de seguir o CDI. Assim, a sua carteira é composta, majoritariamente, por títulos pós-fixados atrelados ao CDI ou à Selic. De modo geral, esse tipo de fundo tem alta liquidez, já que permite aos cotistas resgatar o valor investido a qualquer momento.

FUNDOS DE DEBÊNTURES

Os fundos de debêntures são modalidades cuja carteira é constituída em sua maioria por debêntures. Ou seja, nesse caso, o gestor aplica a maior parte dos recursos nesses títulos de crédito privado. Assim, os riscos e os rendimentos são atrelados a essas aplicações. Vale destacar que, quando o fundo aporta majoritariamente em debêntures incentivadas, recebe o nome de fundo de debêntures incentivadas.

FUNDOS DE INFLAÇÃO

Outro tipo de fundo de renda fixa é o fundo de inflação, que tem a performance atrelada aos índices de inflação brasileiros. Quando esse veículo adota uma estratégia ativa, o gestor aloca a maioria dos recursos em títulos de rentabilidade híbrida vinculada ao IPCA. Há também fundos de inflação considerados fundos de índice (ETFs). Isso, porque eles espelham a carteira teórica de um indicador de referência — no caso, o Índice de Mercado ANBIMA (IMA-B), indexador formado por títulos com rendimentos vinculados à inflação. Os ETFs de renda fixa, no entanto, não são considerados investimentos de renda fixa, e, sim, de renda variável. Afinal, eles estão expostos à lei de oferta e demanda do mercado, já que são negociados na Bolsa de Valores.

SOMOS A NANO INVEST

www.nanoinvest.com.br

A ECONOMIA IMPACTANDO EM SEUS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA

Quando o assunto é renda fixa, as principais informações que você precisa para se manter atualizado estão relacionadas à taxa Selic e à inflação. Isso, porque esses indicadores podem impactar diretamente a rentabilidade das suas aplicações. Na prática, a Selic é usada como referência para as demais taxas praticadas no país: dos juros do cartão de crédito aos investimentos. Outra função de grande importância da Selic é ser uma ferramenta de controle da inflação e de estímulo econômico por parte do Governo Federal. O raciocínio para entender como ela impacta a economia é simples. A Selic baixa favorece a tomada de crédito e aquece a economia. Já a Selic alta diminui a procura por crédito, reduz o consumo e ajuda a controlar a inflação

SELIC BAIXA

No cenário da Selic baixa, as pessoas e as empresas tendem a tomar mais dinheiro emprestado, já que os juros ficam mais baixos. Com mais dinheiro circulando no mercado, o consumo da população aumenta, e a economia é aquecida. Na renda fixa, isso representa uma rentabilidade menor, não somente nas aplicações atreladas à Selic, como também naquelas vinculadas ao CDI e à inflação. Afinal, esses índices costumam acompanhar a taxa de juros brasileira. Aliás, até mesmo as taxas prefixadas podem ser impactadas, pois os emissores se baseiam na Selic para ofertar os rendimentos. Desse modo, se a Selic está em baixa, os títulos emitidos nesse momento tendem a apresentar rentabilidade compatível. Assim, as aplicações de renda fixa costumam se tornar menos atraentes no que se refere à rentabilidade nessa situação. Consequentemente, a busca pelos ativos de renda variável tende a aumentar, devido à possibilidade de maiores ganhos. Vale reforçar que os títulos prefixados emitidos antes de uma queda na Selic não sofrem alteração na rentabilidade com o movimento, desde que sejam resgatados somente no vencimento. Caso seja necessário resgatar essas aplicações antes do prazo, elas serão negociadas pelo preço de mercado

SELIC ALTA

Já a Selic alta eleva também os juros para a tomada de crédito, diminuindo a circulação de dinheiro e o consumo da população. Isso pode contribuir para baixar a inflação. Nessa condição, as pessoas e empresas preferem deixar o dinheiro parado, recebendo altos juros, a utilizá-lo. No entanto, como você viu, Selic alta também significa que o índice inflacionário está maior. Dessa maneira, mesmo que a porcentagem dos rendimentos dos títulos esteja elevada, nem sempre será suficiente para compensar a inflação. Nessa situação, quando o retorno obtido com um investimento não supera a inflação, a rentabilidade real costuma ser prejudicada, fazendo com que seu dinheiro perca o poder de compra. Ou seja, o montante que pagaria por determinado bem ou serviço no passado não será mais suficiente para a aquisição hoje. Em um cenário como esse, os títulos de rentabilidade híbrida tendem a ser mais atraentes. Afinal, eles sempre superam a inflação, quando resgatados no vencimento. Outro investimento que costuma ser procurado com a Selic em alta e com previsão de baixa é a aplicação com rendimento prefixado. Afinal, em um momento de alta da taxa, os títulos prefixados tendem a pagar bons rendimentos — o que pode viabilizar uma taxa final mais atrativa para o investidor mais adiante, em um cenário de juros em queda.

QUE TIPO DE INVESTIDOR A RENDA FIXA É INDICADA

É comum que muitos investidores pensem que a renda fixa é indicada somente para quem tem perfil conservador. No entanto, embora esse perfil tenha preferência por investimentos dessa classe, os títulos e fundos de renda fixa podem fazer parte da carteira de investidores moderados e arrojados. Isso, porque, dependendo do interesse desses investidores, as aplicações de renda fixa podem ajudar a equilibrar os riscos do portfólio. Além disso, podem ser úteis para formação de reserva de emergência, por exemplo. Nesse caso, o investimento deve apresentar baixa volatilidade e ter alta liquidez, como é o caso do Tesouro Selic. Ademais, a renda fixa pode ser atraente para os investidores que desejam aproveitar os movimentos do mercado. Por exemplo, na alta da Selic, pode valer a pena aplicar em renda fixa para lucrar com os rendimentos mais altos, mantendo a segurança da carteira.

COMO INVESTIR NA RENDA FIXA

Após conhecer mais sobre a renda fixa, é provável que você queira entender como investir nessa classe. Para aplicar o seu dinheiro, é fundamental ter conta em uma corretora de valores. Embora você possa comprar títulos diretamente dos bancos, essas instituições oferecem poucas opções de produtos e tendem a oferecer rendimentos menos atrativos. Além disso, costumam cobrar taxas mais elevadas. Nós da **Nano Investimentos**, contamos com um portfólio variado de produtos. Dessa forma, você tem mais possibilidades de escolha de títulos e os seus diversos rendimentos como os apresentados neste E-Book.

Quer ver como é fácil investir com a Nano Invest ?

- abra a sua conta através do nosso site, preenchendo o cadastro e criando um login e uma senha;
- transfira o dinheiro para a sua conta na **corretora**
- escolha os títulos que mais se encaixam em sua estratégia de investimentos;
- faça a simulação para entender quanto o seu dinheiro pode render;
- compre o título do seu interesse; ele logo aparecerá em sua carteira de investimentos

POR QUE ESCOLHER A NANO PARA INVESTIR

- Portfólio variado — com investimentos de renda fixa e renda variável;
- Atendimento humanizado;
- Equipe para tirar dúvidas;
- Assessores de investimentos para dar suporte;

Nós, da **Nano Invest**, temos como propósito facilitar o acesso das pessoas ao mercado financeiro, para que todos possam usufruir das vantagens de investir dinheiro. Assim, mesmo que você não tenha tantos conhecimentos sobre investimentos, pode contar com nosso suporte. Estamos sempre prontos para atender desde o investidor iniciante até o mais experiente

CONCLUSÃO

Neste e-book, você acompanhou as principais informações sobre a renda fixa e os títulos disponíveis no mercado; além de ter aprendido a investir. Agora, você já possui conhecimentos importantes, que podem ajudar a direcionar os seus recursos financeiros para os investimentos que mais se encaixam na sua estratégia e nos seus planos financeiros. Não se esqueça, entretanto, de considerar o seu **perfil de investidor** e os seus objetivos financeiros nesta jornada. E conte com uma empresa eficiente, segura, estável, humanizada e com amplo portfólio ao seu lado, em todos os momentos! Interessou-se pela **Nano Investimentos?** Acesse o nosso site, **www.nanoinvest.com.br** abra a sua conta e aproveite a nossa expertise!

E-BOOK

VEM CRESCER COM A GENTE



NANO INVEST